Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533
Volume 26 | nº 1 | 2021
Artigo recebido em: 30/06/2021
Aprovado em: 16/07/2021

Franklin de Paula Júnior
[Especialista em Filosofia pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Com trajetória de ativismo ambiental, atuou como educador (no ensino médio e superior e em processos latino-americanos de formação em matéria de águas), e, ainda, na administração pública e em consultorias para autarquias e organismos internacionais].
ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-4625-487X

Sinara Polom Zardo
[Graduada em Pedagogia, Especialista em Gestão Educacional e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – linha de pesquisa Estudos Comparados em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – linha de pesquisa Educação em e para os Direitos Humanos e Cidadania].
ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-0944-8333

‘REMATRIAR’ AS BRASILIDADES DA ÁGUA: POR UM DIÁLOGO COM AS COSMOLOGIAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

‘Re-match’ the brazilities of water: for a dialogue with the cosmologies of traditional people and communities

Resumo

O debate público sobre a água no Brasil, em particular, e no mundo ocidental e ocidentalizado, no geral, é operado por uma racionalidade instrumental hegemônica, fundante da modernidade ocidental e de sua dupla e obscura face colonial, que expropriou, historicamente, os sentidos outros da água. O presente artigo objetiva analisar a problemática da água a partir de enunciados extramodernos e contra-hegemônicos, oriundos de diálogos estabelecidos por meio de entrevistas narrativas com representantes de povos e comunidades tradicionais. Os resultados da pesquisa indicam que é preciso ‘rematriar’ as suas brasilidades afro-ameríndias, o que requer a construção de outros imaginários, outras subjetividades e horizontes de sentido, pressupondo outras maquinações e outras modelagens.

Palavras-chave: Política de Águas; Povos e Comunidades Tradicionais; Participação Social; Educação Ambiental.

Abstract

The public debate on water in Brazil, in particular, and in the Western and Westernized world, in general, is operated by a hegemonic instrumental rationality, founder of Western modernity and its double and obscure colonial face, which historically expropriated the senses others from water. This article aims to analyze the problem of water from extramodern and counter-hegemonic statements, derived from narrative interviews with representatives of traditional peoples and communities. The research results indicate that it is necessary to 're-matter' their Afro-Amerindian Brazilianness, which requires the construction of other imaginaries, other subjectivities and horizons of meaning, presupposing other machinations and other models.

Keywords: Water Policy; Traditional Peoples and Communities; Social Participation; Environmental Education.

Considerações iniciais

Elemento cósmico presente nos confins do universo e praticamente onipresente no nosso mundo - o Planeta Azul, a água que circula em nossos organismos entrelaça-nos todos em uma rede de organismos que constitui a teia da vida de Gaia. Dessa maneira, a água se torna também um indicador do universo de relações que estabelecemos uns com os outros, com a natureza e o cosmos. E basta notar a poluição dos oceanos, o derretimento das calotas polares e o aumento do nível do mar, a contaminação de mananciais de água potável, o assoreamento de rios, a desertificação, a degradação de uma bacia hidrográfica, a escassez e o desabastecimento de enormes contingentes populacionais, dentre outros problemas, para percebermos que a crise da água, de escala global, reflete a crise de um modo de vida hegemônico, uma crise civilizacional de múltiplas faces (econômica, social, política, ambiental, epistemológica, ontológica, cultural, espiritual etc). Conforme elucida Catalão (2004, n.p.)

> Na água lançamos os nossos fétidos esgotos. Na água lançamos a química mortal dos nossos adubos e pesticidas agrícolas. E a água leva rapidamente tudo que não queremos ver refletido. [...] Assim como um espelho d'água reflete o céu, a consciência humana reflete a ação criadora do homem no mundo. Turva a limpidez das águas, turvo o reflexo. A nossa crise atual é uma crise de consciência e de responsabilidade diante do potencial letal do nosso projeto civilizador. Como a água representa simbolicamente o recanto inconsciente do espírito onde as memórias rejeitadas são alojadas e a origem

> primordial dorme esquecida, nós fizemos dela o depósito da poluição que produzimos ao longo da nossa história.

Na percepção de Porto-Gonçalves (2011, p. 161), como a água "se infiltra em tudo – no ar, na terra, na agricultura, na indústria, na nossa casa, em nosso corpo –, [ela] revela nossas contradições socioambientais talvez melhor que qualquer outro tema". E essas contradições se expressam de diversas formas, principalmente em torno da polaridade água-vida *versus* água-mercadoria, melhor analisada mais adiante.

Embora a problemática da água seja de magnitude global, e até mesmo por isso, o Brasil, pela sua condição de potência hídrica, dispondo em seu território de cerca de 12% do total da água doce superficial do planeta (além de incomensuráveis aquíferos e correntes de águas atmosféricas, "rios voadores"), encontra-se, por essa razão, no epicentro de ofensivas geopolíticas e geoeconômicas pela água no mundo.

Como alerta Bruckmann (2016), há uma forte articulação em curso entre os interesses mercantilistas "das empresas transnacionais, os interesses estratégicos dos países hegemônicos" (BRUCKMANN, 2016, p. 7, tradução nossa). A autora explica que o acesso, a apropriação e o domínio dos recursos hídricos e de outros recursos naturais estratégicos na escala global (que se encontram fundamentalmente fora de seu próprio território), constitui, por exemplo, um dos objetivos centrais da estratégia elaborada pelos EUA (Ibdem, p. 12) para esta última década[1], em torno do qual são capazes de lançar mão de medidas para derrubar eventuais "ameaças" ao acesso e apropriação dos respectivos recursos naturais.

Conforme aponta Peres (2019)[2], existe um pool de corporações, tais como Coca-Cola, Ambev, Nestlé, dentre outras, que articulam iniciativas, exercem pressões, tentativas de infiltração e de captura[3] do sistema político e da agenda pública (em instituições de estado e de governo), a fim de criar

[1] Sintetizada, conforme Buckmann (2016, p. 9-10), no informe *Facing Tomorrow's Challenges: U.S. Geological Survey Science in the decade 2007-2017.*

[2] Ver em: https://ojoioeotrigo.com.br/2019/06/qual-o-interesse-de-coca-e-ambev-na-privatizacao-da-agua-da-torneira/

[3] Conferir reportagem da revista Carta Capital a respeito: "Acredito, RenovaBR e Fundação Lemann: renovação ou infiltração?", de 30/08/2019, disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/acredito-renovabr-e-fundacao-lemann-renovacao-ou-infiltracao/ Acesso 07 set. 2020

condições favoráveis à privatização e mercantilização tanto de água bruta (recursos hídricos) como de águas servidas (serviços de abastecimento e saneamento básico). Integram esse rol de iniciativas expropriadoras: a tentativa de privatização do sistema Eletrobrás[4] (que pode acarretar no controle dos pulsos de inundação por parte de corporações privadas, inclusive estrangeiras[5], e na literal privatização dos rios brasileiros[6], com trágicas consequências); a aprovação do PL 4.162/2019, que sedimenta um caminho para a privatização dos serviços essenciais de água e saneamento no país; assim como a tramitação do PL 495/2017[7] (*commoditização* da água e permissão para criação de um mercado de águas: por meio da compra e venda de outorgas, que, pela Lei Federal 9.433/97, Art. 18, é um instrumento autorizativo inalienável de uso da água); dentre outras. Tais ofensivas corporativas e geopolíticas implicam no aumento da pressão pela reprimarização radical das economias dos países periféricos, coagidos a se tornarem celeiros, zonas de exploração e de sacrifício, a fim de sustentar a ganância voraz das elites globais. Também erodem a perspectiva dos direitos humanos de acesso à água e ao saneamento – sacramentados pela Assembleia Geral da ONU (Resolução 64/A/RES/64/292, de 28/07/2010[8])

[4] Reportagem do Correio Braziliense, de 25/08/2020, confirma que "Governo quer incluir privatização da Eletrobrás no programa Pró-Brasil". Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/08/4871047-governo-quer-incluir-privatizacao-da-eletrobras-no-programa-pro-brasil.html

[5] Á revelia da constatação de que "Um dos pré-requisitos do desenvolvimento econômico de qualquer país é a sua capacidade de suprir logística e energia para o desenvolvimento da produção, com segurança e regularidade. Sem fontes de energia, não existe nação", como alerta José Álvaro de Lima Cardoso (2020). Disponível em: https://outraspalavras.net/direita-assanhada/eletrobras-privatizacao-humilhante/

[6] Roberto Malvezzi (2017) denuncia que a eventual privatização da Eletrobrás, acarretará na "maior privatização de rios que já tivemos em nossa história. Os trabalhadores dessas empresas não terão mais garantia de seus empregos, o preço da energia vai subir e os cidadãos dependerão de licenças das empresas privadas até para beber água". Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/2017/09/14/hidronegocio-privatizacao-da-eletrobras-privatizacao-das-aguas-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/

[7] De acordo com reportagem dos Diálogos do Sul, "EUA, Coca-cola e PSDB: os interesses por trás do novo marco legal que privatiza a água", o senador Tasso Jereissati, relator do PL 495/2017, é acionista da Coca-Cola, empresa multinacional diretamente interessada na privatização da água. Diz a reportagem, de 18/12/2019, que Tasso é "um dos sócios do Grupo Jereissati, que comanda a Calila Participações, única acionista brasileira da Solar. Esta última empresa é uma das 20 maiores fabricantes de Coca-Cola do mundo e emprega 12 mil trabalhadores, em 13 fábricas e 36 centros de distribuição". Disponível em: https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/62246/eua-coca-cola-e-psdb-os-interesses-por-tras-do-novo-marco-legal-que-privatiza-a-agua

[8] Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292 Acesso 20 nov. 2020.

como "essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos"[9] –, pois o direito humano à vida pressupõe o direito humano de acesso à água (assim como pressupõe os direitos de todos os viventes, inclusive dos outros não-humanos, de acesso à água e, ainda, a própria água como sujeito de direitos).

A exponencial elevação dos conflitos pela água no país, nos últimos anos, é outro indicador deste trágico cenário, sobretudo, no período pós-golpe de 2016, de progressiva debilidade institucional, que encorajou a irrupção mais agressiva por parte das corporações do hidronegócio nas tentativas de apropriação privada sobre a água. No ano de 2018, por exemplo, houve um aumento recorde de 40% dos casos de conflitos pela água no campo (saltando de 177 mil pessoas, em 2017, para 368 mil em 2018), conforme demonstra o relatório da CPT[10], causados, de maneira preponderante, pelos setores minerário e do *agribusiness*, e afetando, sobretudo, os povos indígenas e as comunidades tradicionais (85% das vítimas).

Em vista desse tenso e complexo contexto, o presente artigo objetiva a reflexão e análise da problemática da água a partir de enunciados extramodernos e contra-hegemônicos, oriundos de diálogos estabelecidos com atores estratégicos, especialmente, de representantes de povos e comunidades tradicionais. Este texto foi elaborado, neste sentido, com base em uma pesquisa qualitativa realizada entre 2019 e 2020, utilizando a técnica de entrevistas narrativas (cf. Shütze, 2011) como instrumento para a geração de dados, buscando combinar histórias de vida e seus respectivos contextos sócio-históricos. Conforme Bauer e Gaskell (2002, p. 91), a narrativa, é uma capacidade universal que traduz perspectivas de mundo (cosmovisões, ontologias), e implica em "estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida

[9] Conferir informativo da ONU-Água sobre "O Direito Humano à Água e ao Saneamento", disponível neste link: https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso 20 nov. 2020

[10] As informações sobre o Relatório de Conflitos no Campo, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), foram extraídas dos seguintes endereços: https://redecerrado.org.br/expulsao-de-familias-do-campo-aumenta-14-350-no-cerrado/; https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/conflitos-por-agua-batem-recorde-no-pais-e-chegam-a-276-casos-aumento-de-40-em-2018/; e http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588426-comissao-pastoral-da-terra-lanca-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2018-na-sede-da-cnbb.

cotidiana normal [...] com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida".

Deste modo, procurando uma ancoragem no mundo da vida e uma concatenação estratégica com a trajetória de atores representativos desta perspectiva instituinte, da resistência e das lutas sociais no universo da relação com a água, a pesquisa se desenvolveu anteparada num conjunto de entrevistas realizadas com lideranças de povos e comunidades tradicionais.

Para este artigo, no entanto, priorizaremos alguns dos enunciados sobre a água oriundos, especialmente, das falas de representantes de povos e comunidades tradicionais, em particular, de liderança indígena do povo Krenak, da bacia hidrográfica do rio Doce, e de liderança quilombola do quilombo de Carrapatos da Tabatinga, na bacia do rio São Francisco, ambos em Minas Gerais. Tais entrevistas ocorreram antes da pandemia de covid-19 e foram feitas *in loco*, nos respectivos territórios. Além de permitir conhecer um pouco mais sobre as trajetórias dos participantes da pesquisa, seus lugares de origem e/ou de atuação, suas cosmovisões sobre a água e suas vivências, as narrativas trouxeram à tona elementos outros importantíssimos (ideias, reflexões, concepções de mundo, filosofias, chaves de interpretação, 'gatilhos' epistemológicos, vestígios teóricos), que fecundaram e potencializaram a reflexão e a análise do assunto objeto de investigação.

"A água é o milagre da vida": enunciados oriundos dos povos e comunidades tradicionais

Ao recapitular sobre suas andanças pelo mundo, o pensador indígena e líder Krenak fala de aspectos marcantes e de perspectivas comuns existentes entre os povos originários, assim como da nossa condição existencial de seres hídricos, "nós somos água", ele disse, desvelando essa relação íntima com ela:

> Eu nunca fiquei em paz com a ideia, por exemplo, científica, de que a água é um elemento composto de H_2O. Você pode até representar a água na estrutura química dela e tal, mas a água é o milagre da vida. Em muitas narrativas de vários povos do mundo inteiro a origem da vida é na água. Essa referência à origem da vida, à água-vida, em muitas tradições de diferentes culturas do planeta, ela me deu também uma alegria, iluminou o meu coração com a observação de que eu não estava

> sozinho no mundo. E quando eu vi que em muitos povos, em muitas culturas, a vida se originou na água também, e que nas nossas narrativas, dos povos nativos daqui da América, isso é uma gênese comum, eu pensava, nossa, que maravilha, então a gente tem uma força na nossa herança cultural para a gente ser um aliado da água. A gente tem que descobrir como que nós podemos falar a linguagem dela, ouvir, viver a experiência da água, sentir o que ela sente. [...] tudo é vida, por isso que eu falo, a água é vida, nós somos água, então a gente tem que fazer experiências verdadeiras de estar dentro dela, de experimentar o humor da água e rir com ela, brincar com ela, conversar com ela, chorar também com ela, quando você ver ela chorando, chora com ela. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, realizada na Aldeia Indígena Krenak, município de Resplendor-MG, em dia 08/01/2020).

Os Krenak, ao reconhecerem o rio como o avô (*Uatu*), eles vêem a água como "o milagre da vida", desvelando um horizonte relacional com a água que é "uma negociação em outros termos, outros afetos", é "uma experiência de contato com outro mundo, com esses possíveis outros mundos [...] é outra possibilidade de existência", por isso cantam para evocar a chuva, pois o canto é uma das chaves para conversar com a água.

> [...] vai cantando, as nuvens vão formando, se tiver um coletivo que se preparou e se concentrou, vai juntando as nuvens, vai juntando as nuvens, aí vai juntando e vai falando com elas e começa a comandar elas, dizendo pra elas, agora, venha relâmpago, aí chama o relâmpago, aí vem o trovão, aí chama o trovão, chama o relâmpago, aí junta eles, vai e chama as nuvens, junta relâmpago, junta trovão, aí junta relâmpago, chama as nuvens, junta relâmpago, junta trovão, o relâmpago e o trovão vêm, eles partem as nuvens e *pchiuuuu* (som de estrondo de água caindo), aí joga água pra todo lado (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, realizada na Aldeia Indígena Krenak, município de Resplendor-MG, em dia 08/01/2020).

A perspectiva do Krenak aponta para uma interação sensorial de abertura dos sentidos que transcende o racional, que permite uma troca sensível, simbiótica e uma conexão também espiritual, de reverência, com esse elemento biocósmico primordial que é a água. Para o líder Krenak, a conexão com a água remonta às memórias mais remotas da infância, vivida no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, "um mundo de rios, de córregos, um mundo de chuvas, um mundo de serras escorrendo neblina", um mundo maravilhoso, de vida exuberante, repleto de encantos, no qual a água é um ente vivo, um parente, o rio Doce é o *Uatu*, o avô.

Também os quilombolas do Quilombo Carrapatos da Tabatinga chegaram a desfrutar de um território, conforme narra a líder do referido Quilombo, "com a água em abundância, usando a água do rio São Francisco, usando a água em nossas plantações, em nossas culturas". Sobretudo, vivenciam uma relação de parentesco, reverência e intimidade com a água, de modo que, ela diz, "o rio, é minha filha, é meu filho, é minha mãe, é meu pai".

Essa relação simbiótica com os mundos de água, no entanto, tem sido historicamente comprometida e violada pelo projeto moderno-colonial (que, embalado por uma narrativa de modernização, civilização, progresso etc; que, todavia, dissimula, veladamente, a sua face sombria, correspondente às mazelas da colonialidade), e ferozmente ameaçada pela ganância do capital. Desde tenra idade que o líder Krenak viu aquele exuberante mundo hídrico ser tragicamente devorado pela "apropriação aviltante que os humanos [os *Kraí-Krenton*[11]] fazem da água"[12], apropriação esta que tem nome, sobrenome e cognomes, atende, por modernidade-colonialidade, capitalismo, progresso, dentre outros. Foi pelo fedor que, a partir de meados de 1950, aquela pequena criança (*nan rek*[13]) começou a decifrar os primeiros sinais da avassaladora engrenagem que comprometia o bem viver dos seus parentes nas aldeias:

> [...] a minha consciência dessas relações socioambientais, ela vem a mim pelo cheiro das coisas, eu sentia mal quando os caminhões começaram a entrar na mata, na região que eu nasci, eu senti um fedor que eu não sabia o que era, mas era do diesel, eram máquinas fedendo, cortando as árvores, assoreando os córregos, os rios e, de alguma maneira, ameaçando um mundo que eu achava ideal pra mim [...] a minha ira infantil ela tinha sentido, a minha revolta com relação à geografia sendo aviltada, ela tinha sentido, então eu acho que não é muita fantasia a minha ideia de um menino ofendido com o fedor da graxa do petróleo, da gasolina, dos caminhão, da motosserra, do garimpo, da madeireira, porque são essas atividades que vieram colonizar o meu mundo, que sempre ofenderam. Eu nunca tive paz com essas atividades e nunca almejei ser um dos caras que fazem essa marcha em cima da natureza. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, realizada na Aldeia Indígena Krenak, município de Resplendor-MG, em dia 08/01/2020).

[11] Os Kraí-Krenton, na língua Krenak, que é de origem Macro-Jê, corresponde aos não-índios, ao homem branco. Extraído de ALVES, Maria Thereza. Dicionário Krenak-Português – Português-Krenak. MAUMAUS - Escola de Artes Visuais - Lisboa, 2010, p. 14.
[12] Idem
[13] *Nan rek*, na língua Krenak, é criança pequena (ALVES, 2010).

Foi na transição para a adolescência que aquele curumim[14] realmente despertou a sua consciência crítica do mundo, das relações socioambientais, das tensões, dos conflitos, das espoliações que demarcam uma longa história de guerra sem tréguas do empreendimento colonial e capitalista contra os povos originários e as comunidades tradicionais no Brasil. Sua adolescência foi a de "alguém que estava se sentindo roubado porque não podia saltar dos altos penhascos e cair numa água fresca e límpida"[15]. Sentia-se profundamente "aviltado por esse tipo de invasão, um menino irado com essa coisa da técnica, de derrubar árvore, de abrir pasto, garimpo e mineração"[16], e indignado pela expansão desmesurada do mundo do humano (sobretudo, desse humano dominante, que é frio, calculista, ganancioso, inescrupuloso, opressor, ou seja, o humano moderno-colonial e capitalista) para cima da natureza. A "Guerra Justa"[17], decretada por D. João VI, em Carta Régia de 1808, contra os povos indígenas do vale do rio Doce desencadeou um processo histórico de desterritorialização e de sofrimento injusto impingido contra as populações originárias daquela região, dentre as quais, os Krenak.

O processo histórico de marginalização e de violação dos direitos das comunidades tradicionais e seus territórios também alcançou, analogamente, os quilombolas que vivem na região das cabeceiras do rio São Francisco, em Minas Gerais. Como relata a liderança do Quilombo dos Carrapatos da Tabatinga: "a gente era tratado como marginal, porque aqui tinha um dialeto, o dialeto é Banto, e aí eles falavam que era gíria e que todo mundo aqui era marginal"[18]. A degradação dos territórios provocada por grandes empreendimentos, compeliu-os à auto-organização e à reivindicação de direitos, buscando espaço de participação em colegiados de políticas públicas, a exemplo dos comitês de bacias hidrográficas:

[14] De origem tupi, a palavra curumim tem sido designada, de modo geral, como sinônimo de criança indígena. Ver em: https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/curumim/.
[15] Entrevista narrativa com o indígena Krenak, realizada na Aldeia Indígena Krenak, município de Resplendor-MG, em dia 08/01/2020.
[16] Idem
[17] Ver o artigo "BORUN KRENAK: 200 anos de resistência à Guerra Justa", de Douglas Krenak (2008). Revista Educação Pública – CECIERJ. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/8/20/borun-krenak-200-anos-de-resistecircncia-agrave-guerra-justa
[18] Entrevista narrativa realizada com liderança quilombola do Quilombo dos Carrapatos da Tabatinga, município de Bom Despacho-MG, em 03/01/2020

> [...] começou uma degradação muito grande nas margens do rio São Francisco, as pessoas construindo sítios, as pessoas usando muito as margens do rio, construindo piscinas, pegando água do rio para o bem pessoal sem cuidar, e fora a poluição que causou muita erosão em nossa nascente. [...] a gente conheceu que existiam outras comunidades [quilombolas] em outras regiões, e também fazendo parte da bacia do rio São Francisco, sofrendo essas violações e passando até por necessidades hídricas mesmo, não tendo nem água para a sua subsistência. [...] Passamos grande parte, muitos anos, com falta, com o rio com muito pouca água, aí nós pensamos, nos reunimos na comunidade e decidimos que nós tínhamos que buscar ajuda lá fora (Entrevista narrativa realizada com liderança quilombola do Quilombo dos Carrapatos da Tabatinga, município de Bom Despacho-MG, em 03/01/2020).

A inclusão dos diferentes, a abertura de espaço para a expressão de vozes historicamente silenciadas, assim como a promoção do equilíbrio representativo nas dinâmicas e arranjos participativos (colegiados) das políticas hídricas, constituem uma possibilidade de iniciar um processo de reparação, emancipação e transformação da realidade.

Silenciamentos históricos, assimetrias de poder e desafios da participação

A conquista de espaço nas instituições participativas de políticas públicas é entendida como uma possibilidade de ecoar não apenas a visão de mundo, mas também a denúncia de pressões opressivas e violação de direitos a que muitas vezes são submetidas as comunidades tradicionais do país, e de reivindicar reconhecimento e reparação. No caso da gestão hídrica, embora a líder quilombola encare os comitês de bacias hidrográficas (ela é membro titular do Comitê da bacia do rio São Francisco) como uma das instâncias estratégicas para inserir a pauta reivindicatória das comunidades quilombolas, ela se depara, no entanto, com a disparidade de uma correlação de forças bastante desfavorável às comunidades, refletida na composição do colegiado, no jogo político e na atmosfera machista, segundo ela, e elitista dessas instâncias de participação da política hídrica,

> [...] o comitê da bacia é muito importante, mas a política hídrica, ela beneficia mais os grandes do que os pequenos. [...] a nossa representação é pequena demais dentro do comitê. Se tivéssemos mais pessoas eu acho que conseguiríamos

> avançar mais, ter mais equilíbrio, porque a diferença é muito grande. [...] então, a gente se desdobra pra dar conta da demanda ali dentro, é muito difícil. [...] a plenária tem uma resistência em aceitar as nossas reivindicações, eles acham que a gente vai ficar muito forte, sei lá, é o medo que eles têm, mas a gente continua insistindo. [...] E outra coisa, é muito machista o comitê, é homem demais, nossa! E a gente chegando a gente exige respeito, muito pouca mulher e os homens querem ter a palavra final, mas nisso há um embate muito grande e eu não deixo, e aí a gente vai pro pau, pra briga mesmo, e eu não deixo, mas é muito machista, é difícil pra gente estar ali, mas a gente tem que estar porque se a gente não estiver aí estaria pior. (Entrevista narrativa realizada com liderança quilombola do Quilombo dos Carrapatos da Tabatinga, município de Bom Despacho-MG, em 03/01/2020). (grifos nossos).

Exemplo de um dos colegiados menos assimétricos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBH-SF)[19] destina ao menos 3% de suas vagas para a representação de comunidades indígenas e quilombolas, 25,8% para a sociedade civil (ONGs ambientalistas), 32,2% para o poder público (municipal, estadual e federal), e 38,7% para os usuários (empresas públicas e privadas da indústria, hidreletricidade, agricultura irrigada e pecuária, transporte aquaviário, saneamento etc., que utilizam a água como insumo produtivo ou matéria prima). Mas no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)[20], órgão representativo máximo do SINGREH, a assimetria é ainda mais emblemática, sendo que a representação que seria destinada às comunidades ou à sociedade civil é, atualmente, de apenas 1 (uma) vaga (representação de ONGs ambientalistas) de um total de 37, e não há sequer uma de suas vagas reservada para representações de povos e comunidades tradicionais e nem de movimentos sociais. A experiência de luta das representações sociais deixa evidente que os colegiados também se constituem como arenas em que se disputam visões, interesses e projetos políticos distintos, muitas vezes antagônicos, ainda que sejam arenas previamente desenhadas para favorecer uns e desfavorecer outros, tornando-se, este, um dos principais obstáculos à

[19] Ver em: http://www.saofrancisco.cbh.gov.br/ProcessoEleitoral/Folder_com_informacoes_sobre_a_bacia.pdf

[20] Ver em: https://cnrh.mdr.gov.br/ultimas-noticias/338-recomposicao-dos-membros-do-conselho-nacional-de-recursos-hidricos-cnrh

plena realização da promessa da democracia participativa na gestão de águas do país.

Com base em estudos empíricos acerca das instituições colegiadas de recursos hídricos no Brasil, Abers e Keck (2008, p. 103), afirmam, por exemplo, que "os indivíduos que compõem os conselhos não são representativos das classes populares", e concluem que existe um certo elitismo nos conselhos de recursos hídricos e nos comitês de bacias hidrográficas, pois são poucas as evidências de que estes colegiados "contribuem, de fato, para que as vozes dos excluídos sociais e políticos sejam ouvidas pelo Estado" (Ibdem).

A despeito de que intencionalidades inovadoras relacionadas à gestão democrático-participativa e sistêmica da água componham, paradoxalmente, o arcabouço legal (fundamentos, objetivos e diretrizes) e institucional (colegiados) da política de águas do Brasil[21], pipocam, no entanto, várias discrepâncias nos desenhos, estruturas e dinâmicas político-institucionais que, muitas vezes, se prestam a reproduzir vicissitudes históricas expropriadoras de sentidos outros da água, que remetem à modernidade ocidental e ao seu duplo inextrincável, a violência colonial (reproduzida pela colonialidade que atravessa nossos dias), a qual se lastreia tanto no pensamento abissal como na racionalidade instrumental indolente.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 241, 242), a racionalidade indolente se manifesta, basicamente, em quatro formas distintas: razão impotente (diante dos determinismos, do mundo dado, instituído), razão arrogante (se acha livre da necessidade de se justificar ou de demonstrar a sua própria liberdade), razão metonímica (incapaz de aceitar que "a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo" (Ibdem, p. 242), toma a parte pelo todo produzindo generalizações totalizantes e dicotomias hierarquizantes, tais como: Norte/Sul; Ocidente/Oriente; branco/negro; civilizado/primitivo; homem/mulher; conhecimento científico/conhecimento tradicional; cultura/natureza etc.), e razão proléptica (cultiva a monocultura do tempo linear, como se a história tivesse sentido e direção únicos e concebe o futuro como uma superação linear, automática e

[21] A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal 9.433/97.

infinita do presente, e, com base nas ideias de progresso, desenvolvimento e globalização, produz não-existência, "declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado"). De tal maneira, a indolência da razão, que compromete e sabota o próprio potencial emancipatório da modernidade, se expressa como uma usina produtora de inexistências, ou do que Darcy Ribeiro (1995) chamou de *ninguendades*, pois para ele, "nós, brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo" (RIBEIRO, 1995, p. 447).

Neste sentido, Valencio (2009) aponta que a gestão hídrica no Brasil se estruturou à custa

> [...] da representação utilitária da natureza e da fragmentação da mesma em recursos a serem manejados de formas distintas e por expertises diversas... [...] O controle técnico do espaço decisório em recursos hídricos passou, assim, por um tipo de dominação simbólica que não permitiu fluir a contestação dos diferentes sujeitos com quem se obrigou a interagir e menos ainda tem sido admitidas incertezas sobre o futuro que denotem insuficiências do conhecimento perito para deslindá-lo. [...] Ao classificar como ignorância tudo o que não está no seu escopo interpretativo da realidade, a participação do diferente nas arenas ditas participativas é anulada e, assim, conclui-se que resta-lhe apenas confiar o poder aos peritos, em nome do "bom senso". [...] o recurso mais recorrente do perito para se autoconsagrar como intérprete necessário é impor seu próprio 'dialeto' como o único capaz de traduzir o problema, descrever a solução e encaminhá-la (VALENCIO, 2009, p. 68, 69, 70).

Desse modo, a predominância dessas concepções utilitária, instrumental e tecnocrática, ainda obstaculiza e rebaixa o potencial democrático e participativo das políticas hídricas.

A racionalidade instrumental hegemônica, a dinâmica colonial-capitalística e a disputa pelo controle da água

A gênese dessa representação utilitária da natureza – que reduz o homem a "uma espécie de máquina de calcular egoísta" (MARRAS, 2018, p. 241, 242), de calcular e de acumular até à exaustão, e reduz a natureza a uma espécie de depósito ilusoriamente infinito de bens e matérias-primas feitos exclusivamente para servi-lo – remonta ao estágio de transição para a Modernidade no qual a natureza foi considerada como a grande adversária do

ser humano, como "o inimigo que tem que ser vencido para domesticar as contingências da vida e estabelecer o *Regnum hominis*" (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.80), o novo "reino dos homens" (contra o velho "reino da natureza"), devendo, por isso, tratá-la como fazia o Santo Ofício da Inquisição com os seus réus: torturá-la "até conseguir desvelar o último de seus segredos..." (ARROJO, 2009, p.35, tradução nossa).

Desse modo, a modernização das subjetividades[22] se processou por meio da criação de imaginários e representações mentais que se valem de uma variedade de dicotomias e hierarquizações, a exemplo da dicotomia natureza/sociedade, nos termos da qual, como aponta Boaventura de Sousa Santos (2018), "tudo o que é natural ou está mais próximo da natureza é considerado inferior, incluindo os seres humanos", especialmente os não-brancos (negros e indígenas que vivem de maneira simbiótica com a natureza), assim como os ribeirinhos, as comunidades tradicionais e também os seres não-humanos, como a água, as plantas, os outros animais, todos, por essa condição, passíveis, para o entendimento dominante, de desqualificação, subalternização e expropriação.

Muito precisamente, Porto-Gonçalves (2011, p.150) identifica que: "A atual disputa pelo controle e gestão da água, parte da crise ambiental, revela, também, a crise da racionalidade instrumental hegemônica na ciência da sociedade moderno-colonial". É esta mesma racionalidade que opera, portanto, de forma hegemônica, o debate público sobre a água no Brasil e na maior parte do mundo ocidental e ocidentalizado, reduzindo-a, em geral, a mero objeto, coisa, recurso (recurso hídrico) ou até mesmo mercadoria e ativo financeiro (*commodity*), ao passo que esvazia ou suprime outras perspectivas cosmológicas e ontológicas extramodernas relacionadas a esse elemento cósmico vital.

É, ainda, a mesma racionalidade que opera a ruptura dos ciclos biogeoquímicos e do metabolismo planetário, sedimentando um cenário de

[22] Submetido ao padrão de poder capitalista, o projeto moderno/colonial tem na ideia *de homo economicus* o perfil síntese de sua subjetividade.

catástrofe ecológica[23] sem precedentes, de magnitude geológica (Antropoceno/Capitaloceno[24]), expressão mais espessa de uma verdadeira Guerra de Mundos, o mundo *Uno* e moribundo dos Humanos ("os Modernos que acreditam poder continuar vivendo na Natureza unificada e indiferente do Holoceno"[25]) *versus* o mundo plural (consistido de outros mundos) e pulsante, com potencial de transmutação, dos Terranos (o povo de Gaia no Capitaloceno, incluídos aí, por exemplo, os povos originários ameríndios, os povos diaspóricos, os quilombolas, as comunidades tradicionais, dentre outros). Deriva desta 'Guerra de Mundos' a polaridade existente entre água-mercadoria (coisificada, objetificada, mercantilizada, financeirizada, *commoditizada*) *versus* água-vida (elemento vital primordial, bem comum ecológico, elemento sagrado, bem público, símbolo de fecundidade etc.), que modela não apenas subjetividades, como, estruturalmente, o próprio cenário de tensão imposto pelo ordenamento da modernidade colonial capitalística[26].

A acurada leitura de mundo expressa na sabedoria do líder Krenak expõe de maneira categórica essa problemática:

> [...] você entra em contato com uma outra ideia abismal, que é aquela de que a vida só pode continuar se ela servir pra alguma coisa, a vida tem que servir pra alguma coisa, é a ideia da utilidade da vida. [...] tem milhares de pessoas desapropriadas no mundo inteiro, pessoas que vivem na maior pobreza material, que já se converteram a essa ideia, de que se a natureza não é uma coisa que tem valor, se ela não pode ser valorada pelo mundo da mercadoria, ela não tem sentido de continuar existindo. E isso é o maior escândalo porque isso é uma declaração de que a vida não vale nada. Se a vida não vale nada, então não tem importância a gente falar da água, e

[23] Para Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 76, 77), "O substrato infra-econômico do capitalismo [...] está se modificando mais depressa que as superestruturas técnicas e políticas da civilização dominante. Não há dialética que dê jeito nessa enrascada. [...] Há fortes razões, em suma, para se temer que um pós-capitalismo mundializado não chegue suficientemente rápido para deter o "lento" colapso ecológico planetário".

[24] O termo Capitaloceno parece mais estratégico para ser empregado no Sul Global e nas periferias do sistema-mundo, dado que as responsabilidades das potências e corporações do centro do capitalismo global são exponencialmente maiores. Outrossim, o termo Capitaloceno imprime ao modo de vida capitalista hegemônico, e não ao *homo sapiens*, enquanto espécie, a responsabilidade maior pela destruição planetária. Tanto é assim que o modo de vida dos povos originários e comunidades tradicionais, por exemplo, contribuem, ao contrário do modo capitalista, para o equilíbrio ecossistêmico e para o fortalecimento da biodiversidade.

[25] DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 122.

[26] Suely Rolnik (2019) relaciona o regime colonial-capitalístico aos processos de históricos de captura da força vital e de dominação/patologização do inconsciente. Em sua versão contemporânea corresponde à produção de uma subjetividade submetida aos desígnios do capitalismo financeirizado, neoliberal e globalitário.

> se nós achamos que nós somos água, isso também não eleva a gente a nenhuma condição cósmica, não transcende, isso só põe a gente no mesmo patamar de que o que não tem utilidade não precisa existir. [...] A mente humana é tão atávica que ela decidiu chamar de ouro azul a água, ouro verde as florestas, ouro negro o petróleo, como se essa ideia de ouro fosse a maior expressão da nossa existência. Eu quero ver alguém comer ouro, beber ouro e, quando ele precisar de fazer uma transfusão, ao invés dele fazer uma transfusão do sangue do irmão dele, que vai ser solidário com ele, fazer uma transfusão com ouro líquido... (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, realizada na Aldeia Indígena Krenak, município de Resplendor-MG, em dia 08/01/2020).

Principalmente após a catástrofe socioambiental provocada pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineração em Mariana-MG, em 2015[27], a bacia do rio Doce tornou-se um caso emblemático da bestialidade impressa na dinâmica colonial e capitalística. Inseridas na lógica dominante do capital improdutivo (DOWBOR, 2017), com dinâmicas produtivas atreladas às oscilações de cotação financeira das *commodities*[28] (neste caso específico, do preço dos minérios), as companhias transnacionais de mineração – sobretudo, num ciclo de queda vertiginosa nos preços dos minérios (como ocorreu no período entre 2003 e 2013) –, tendem a negligenciar fatores de segurança com o intuito de elevar a produtividade, amplificar a lucratividade e reduzir custos, (PEREIRA, 2020a, p. 16). A preponderância da lógica financeira e de lucratividade que move, sobretudo, as corporações privadas e, em última instância, o capital financeiro transnacional, que colocam o lucro acima da vida, é uma das causas estruturais da hecatombe socioambiental ocorrida na bacia do rio Doce em 2015 e repetida, quatro anos depois, em 2019, na sub bacia do rio Paraopeba (bacia do rio São Francisco).

Embora se configure como uma espécie de motor de uma engrenagem geradora de degradação ambiental e de iniquidades sociais em todo o mundo, o sistema financeiro, com destaque para a bancocracia transnacional, saiu praticamente ileso perante a opinião pública em relação aos desastres de

[27] O rompimento da barragem de Mariana (mina do Fundão, operada pela Samarco Mineração S.A., que é controlada pela brasileira Vale S.A. e pela anglo-australiana BHP Billiton), em Minas Gerais, ocorreu na tarde do dia 5/11/2015, no subdistrito de Bento Rodrigues, bacia do rio Doce. Mais informações em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rompimento_de_barragem_em_Mariana.

[28] Conforme Pereira (2020a, p. 16), refere-se "a um determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e que possui um grande valor comercial estratégico".

Mariana e Brumadinho. Segundo Miranda (2020), há uma engrenagem financeira transnacional, espécie de motor, que opera

> o saque permanente das riquezas naturais, especialmente, através das grandes empresas de mineração", nos países periféricos, em benefício das grandes potências capitalistas ocidentais. Em referência ao BIS (Bank for International Settlements ou Banco de Regulações Internacionais), peça-chave para entender a dinâmica exploratória e acumuladora/concentradora de riquezas, Miranda explica que: "um banco privado poderoso, que manda nos bancos centrais em quase todos os países do mundo, controla governos, dita os modelos econômicos, as medidas de ajuste fiscal, privatizações, reformas da previdência, afetando ainda direitos universais à educação, saúde, destruição de direitos trabalhistas e sociais. [...] É através do FMI, do Banco Mundial, do Comitê de Basileia, dos Bancos Centrais, dentre outros, que o BIS impõe suas políticas de destruição do planeta, dos sonhos, dos direitos e da vida. Na prática, o BIS é o grande operador do sistema capitalista (MIRANDA, 2020, n.p.).

Mas tais desastres se caracterizam como a expressão abrupta de um processo histórico e cumulativo de degradação que transforma territorialidades hídricas em verdadeiras zonas de exploração e de sacrifício. Sobre a bacia do rio Doce, neste macro contexto, assim descreve o líder Krenak:

> Quando o *Uatu*, o rio Doce, começou a ser picotado pelas barragens, eles estavam fazendo a morte lenta de um rio, da bacia do rio Doce. [...] Quando a lama de Mariana devastou a bacia do rio Doce, ainda havia projetos para umas 15 barragens no corpo do rio. Seria como você pegar alguém que já está na UTI e falar, vamos tirar um sangue dele, vamos ver se a gente consegue ir lá na medula dele e tirar algum líquido pra gente aplicar numa coisa que nós estamos querendo dar vida ali fora, essa coisa é o capitalismo, ele suga tudo, ele suga o seu sangue, ele suga as suas lágrimas (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, realizada na Aldeia Indígena Krenak, município de Resplendor-MG, em dia 08/01/2020).

As corporações extrativistas, estimuladas pela fúria acumulativa do capitalismo global financeirizado (o capital improdutivo), retroalimentam a colonialidade, a lógica estrutural de espoliação, gerando expropriação e degradação.

'Rematriar' os sentidos da água

À vista de todo este processo histórico de violência colonial (amplificado pela usura capitalista) que expropriou os sentidos outros da água, assim como

das ultrajantes ameaças e ofensivas neoliberal, metacolonial e ultraimperialista[29], e do cenário de colapso climático-ambiental global, não é mais cabível conceber e implementar uma política de águas para o país como se esta fosse um fim em si mesma, atrelada a interesses tecno-burocráticos e/ou corporativos menores e dissociada da ampla, complexa e diversa realidade histórico-social, cultural, econômica e política nacional, assim como do contexto geopolítico internacional e dos desafios climáticos e ambientais globais. Um dos caminhos, conforme aponta Valencio (2009), é a efetivação de uma revisão crítica do atual modelo, de modo a favorecer "a constituição de um ambiente político genuinamente polifônico, consagrando direito a voz não apenas às minorias que se encontram organizadas, mas àquelas ainda desarticuladas" (Ibdem).

Em vista disso, torna-se indispensável que o modelo e as estruturas de gestão de águas do país (seu conteúdo valorativo, normativo e o arranjo institucional) sejam analisados, disputados e conquistados por forças contra-hegemônicas. É preciso, assim, reavivar os sentidos outros da água que foram expropriados pela colonialidade. É preciso, pois, 'rematriar' as brasilidades da água, valorizando os saberes ancestrais, originários e tradicionais, a fim de alargar o presente e fecundar o futuro.

Por brasilidade podemos compreender uma sociabilidade que reside num universo relacional com a água que foi (e de certa maneira segue sendo) subalternizado ou sonegado e silenciado pela colonialidade. Trata-se, conforme expressa por Luiz Antonio Simas (2020, p. 177), de uma "comunidade de sentidos, afetos, sonoridades, rasuras, contradições, naufrágios, ilhas fugidias, identidades inviáveis, subversões cotidianas, vôo de arara e picada de marimbondo, saravá e samba", assim como "reação vital, inovadora, transgressora, contra a mortandade como signo do Brasil", como contraposição

[29] O ultraimperialismo, de acordo com Luís Eustáquio Soares (2020/2021), consiste num "metacolonialismo, porque retoma as formas coloniais de domínio dos povos", assim como "um metacapitalismo porque produz um capitalismo à sua imagem e semelhança, monopolizando a cadeia de valor em escala planetária", e, ainda, "um metaimperialismo porque submete as potências imperialistas precedentes", atualizando "sem cessar as táticas e estratégias usadas pelos países imperialistas precedentes, monopolizando-as a seu favor". Ver mais em: https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-ultraimperialismo-dos-eua-e-as-duas-guerras-frias/ e https://outraspalavras.net/crise-brasileira/por-que-estudar-o-imperialismo-hoje/ Acessos 20 e 23 jan. 2021

à ideia de um Brasil oficial, elitista, burocrático, desigual, empreendimento colonial produtor de ódio e violência injusta.

A rematriação da brasilidade pressupõe o resgate de uma significação também feminina e libertária da água. Uma das inspirações encontra-se na confabulação antropofágica e utópico-poética de Oswald de Andrade (1970) sobre o "Matriarcado de Pindorama", enquanto símbolo mítico (reserva imaginária instintiva do inconsciente primitivo capaz de catalisar, satiricamente, um movimento de oposição e desconstrução) que se contrapõe ao patriarcado e a outros elementos dominantes e opressores do imaginário nacional, deflagrando uma operação antropofágica de "devoração dos emblemas" da sociedade para transformar o tabu em totem. Essa rematriação, portanto, deve ser também compreendida como tarefa/desafio de subversão e de reinvenção frente à estrutural relação existente entre colonialidade e patriarcado. De acordo com Segato (2012, p. 113):

> Apesar de ser a colonialidade uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo de forma estável, esta matriz tem uma forma interna: existe, por exemplo, não só uma história que instala a episteme da colonialidade do poder e da raça como classificadores, mas também uma história da raça dentro dessa episteme; existe também uma história das relações de gênero dentro do cristal do patriarcado. Ambas respondem à expansão dos tentáculos do Estado modernizador no interior das nações, entrando com suas instituições de um lado e com o mercado do outro: desarticulando, rasgando o tecido comunitário, levando o caos e introduzindo uma profunda desordem em todas as estruturas que existiam e no próprio cosmos.

Deste modo, a recomposição dos sentidos da água negligenciados e subalternizados pela face colonial e patriarcal da modernidade se insurge como pré-condição até mesmo para permitir que o que o projeto moderno contenha de atributos positivos e emancipatórios possa ser colocado à mesa ou na arena cosmopolítica[30].

[30] Na composição cosmopolítica, o termo cosmo remete à concepção de pluriverso ou multiverso (vários mundos humanos e extra-humanos) e o termo política refere-se à concepção multinaturalista da mesma (como descrita por Viveiros de Castro), em contraste com as convencionais e limitadas concepções de mononaturalismo e multiculturalismo. De acordo com Isabelle Stengers (2018, p. 444, 446): "O cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítico, designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, articulações das quais eles poderiam se tornar capazes, contra a tentação de uma paz que se pretenderia final, ecumênica, no sentido de que uma transcendência teria o poder de requerer

Neste sentido, os processos de formação e aprendizagem anteparados em certas políticas educativas já existentes, em seus respectivos arcabouços teórico-conceituais e metodológicos, a exemplo dos aportes da Educação Ambiental, da Educação em e para os Direitos Humanos, da Educação Antirracista, da Educação Popular, da Pedagogia das Encruzilhadas, das práticas educativas do Teko Porã, dentre outros, todos eles conjugados, de maneira complementar, podem em muito contribuir para a emancipação de coletivos historicamente subalternizados e para a transformação da realidade, sobretudo de um país como o nosso, que embora tenha passado por ditaduras, colonialismo, inquisição, escravidão, epistemicídio, etnocídios, genocídios e ecocídios, ainda não implementou efetivos processos de educação pós-totalitária (pós-colonial, pós-ditatorial, pós-neoliberal), à luz do que Theodor Adorno chamou de "educação pós-Auschiwitz"[31], assim como de reconhecimento, reparação e justiça de transição.

Tudo isso requer a construção de outros imaginários, outras subjetividades e horizontes de sentido, pressupondo outras maquinações e outras modelagens (outros arranjos legais e institucionais), e não pode prescindir do diálogo com as cosmologias originárias, afro-ameríndias e extramodernas, corporificadas, especialmente, no modo de vida dos povos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais brasileiras.

As conexões sensíveis com o mundo, vivenciadas pelos povos originários a partir dos saberes ancestrais, são, geralmente, insondáveis para as limitações da racionalidade estritamente objetiva, instrumental e mecanicista que perfazem a monocultura do saber (ainda hegemônica e homogeneizadora) do mundo moderno ocidentalizado. Zhouri (2019) assinala que "muitos povos, em outras culturas e outras sociedades, nem têm o conceito de natureza como o 'outro' da sociedade. Muitos grupos indígenas, por exemplo, não conhecem esse conceito de 'natureza' como uma externalidade, uma esfera que existe apartada da sociedade" (ZHOURI, 2019). Numa explicação sobre a origem

daquele que é divergente que se reconheça como uma expressão apenas particular do que constitui o ponto de convergência de todos".

[31] Ao advogar uma educação crítica e emancipatória, Adorno (1995, p.27) diz que "é preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado".

ancestral do nome *Krenak*, sendo *kre* (cabeça) e *nak* (terra), portanto, "cabeça na terra", Ailton Krenak (2019) refere-se a uma humanidade "que não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra" (KRENAK, 2019, p. 48). No *perspectivismo ameríndio*, como desvenda Viveiros de Castro (2004), os não-humanos são vistos também como sujeitos irmanados com os humanos num mesmo espírito (o que muda é a forma, a roupagem, os corpos, os pontos de vista), numa mesma 'essência' humano-espiritual, de modo que "a condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade" (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 230).

A brasilidade da água se faz notória, por exemplo, no sentido de reverência que permeia uma relação de intimidade e afeição dos povos originários e das comunidades tradicionais com a ela. A negociação de afetos e sentidos com o mundo, em geral, e com os mundos de água, em particular, engendra uma perspectiva relacional de respeito, reverência e reciprocidade na qual a água é tida como uma aliada no agenciamento da conexão com a extensão da comunidade de seres vivos e não-vivos e com o próprio cosmos. A partir do diálogo cosmopolítico, é possível construir aproximações com a perspectiva da água como 'agente' – ou interagente na teia da vida[32] – e como sujeito (inclusive como sujeito de direitos) e não meramente como objeto. Os povos originários e comunidades tradicionais afro-ameríndias, via de regra, reconhecem a água enquanto ente (biocósmico, sagrado, primordial) praticamente onipresente, como uma das múltiplas naturezas da humanidade (perspectivas *antropomórfica* e *multinaturalista*), um parente que entrelaça o nosso *ser-no-mundo-junto*, amalgamando-nos aos demais seres, configurando uma rede conectiva – territórios de água – tecida de inúmeros centros de perspectiva inscritos uns nos outros, pois, como traduz e arremata Luiz Simas: "Tudo é um rio só: feito de carne, osso, folha, pedra, peixe, jitirana e água"[33].

[32] Fazendo jus, aqui, à interpretação de Arturo Escobar (2016, p. 144) sobre "agência distribuída", ao sugerir que "a agência não é o resultado das ações separadas dos sujeitos intencionais individuais, mas, em grande medida, o efeito de redes heterogêneas complexas de humanos e não-humanos".

[33] Postagem de Luiz Antonio Simas no Facebook, disponível em: https://www.facebook.com/luizantonio.simas/posts/3571808876241921. Acesso 24 nov. 2020.

Referências

ABERS, Rebecca Neaera e KECK, Margaret E. Representando a Diversidade: Estado, sociedade e "relações fecundas" nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n. 52, p. 99-112, Jan/Abr. 2008.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ALVES, Maria Thereza. **Dicionário Krenak-Português – Português-Krenak**. MAUMAUS - Escola de Artes Visuais - Lisboa, 2010

ANDRADE, Oswald. **Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias** - Obras completas. Coleção Vera Cruz. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

ARROJO, Pedro. El reto ético de la crisis global del agua. **Relaciones Internacionales**, núm. 12, octubre de 2009 – GERI-UAM.

BAUER, Martin W.; e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

BRUCKMANN, Monica. La geopolítica del agua y los desafios de la integración sudamericana. **Cartografías del Sur**, nº 4, octubre/2016.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. Eletrobrás, privatização humilhante. **Outras Palavras,** 04/08/2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/direita-assanhada/eletrobras-privatizacao-humilhante/

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponible en la World Wide Web: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/.

CATALÃO, Vera M. Lessa. A crise da água é a turvação do espírito. **Correio Braziliense**. 10/02/2004.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. **Desterro** [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo:** Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? Ladislau Dowbor. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño:** la realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª edição: São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Douglas. Borun Krenak: 200 anos de resistência à Guerra Justa. Revista **Educação Pública** – CECIERJ. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/8/20/borun-krenak-200-anos-de-resistecircncia-agrave-guerra-justa

LEMES DE SOUZA, Ana Paula. A diáspora da água: ensaio sobre contingências. **Clamor das águas:** a busca por nova identidade para as águas minerais do Brasil. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias, SOUZA, Ana Paula Lemes de... [et al.]. Dados eletrônicos – Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

PEREIRA, Dulce Maria. **Perdas Ecossistêmicas:** Barra Longa atingida pela ruptura da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton. Cartografia socioambiental crítica de territórios atingidos por barragens e por grandes obras. Universidade Federal de Oro Preto (UFOP) – Volumes I e II - Ouro Preto: Gráfica da UFOP, 2020.

MALVEZZI, Roberto. Hidronegócio: privatização da Eletrobras, privatização das águas. **Eco Debate**, 14/09/2017. Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/2017/09/14/hidronegocio-privatizacao-da-eletrobras-privatizacao-das-aguas-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Vivir Bien/Buen Vivir:** filosofia, políticas, estrategias y experiências regionales. Convenio Andres Bello/Instituto Internacional de Integración. Primera Edición en Bolivia, La Paz, 2010.

MANDARINO, Ana Cristina; e GOMBERG, Estélio**.** Água e ancestralidade jeje-nagô: possibilidade de existências. **Textos de História**, vol. 17, nº 1, 2009.

MARRAS, Stelio. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros-IEB**, Brasil, n. 69, abr. 2018.

MIRANDA, Lujan. O banco BIS e o sistema da dívida. **Auditoria Cidadã da Dívida**, 31/08/2020. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/nucleo/o-banco-bis-e-o-sistema-da-divida-por-lujan-miranda/ Acesso 02 set. 2020

PERES, João. **Qual o interesse de Coca-Cola e Ambev na privatização da água da torneira?** Site "O joio e o trigo", 13/06/2019. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2019/06/qual-o-interesse-de-coca-e-ambev-na-privatizacao-da-agua-da-torneira/ Acesso 07 set. 2020

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O Desafio Ambiental**.** In: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem mundial.** Mestres explicam a globalização. 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROLNIK, Suely. **ESFERAS DA INSURREIÇÃO**: notas para uma vida não cafetinada. N-1 edições, 2ª edição, Junho de 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002.

_____. Da Ilha da Maré a outro mundo possível. **IDEIAS**, p. 27, Jornal de Letras-JL, Portugal, 11 a 24 de abril de 2018. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Da%20Ilha%20da%20Mar%C3%A9%20a%20outro%20mundo%20poss%C3%ADvel_JL_11Abril18.pdf

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 210-222.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. e-cadernos CES [Online], 18 | 2012. Disponível em: http://journals.openedition.org/eces/1533

SOARES, Luís Eustáquio. O ultraimperialismo dos EUA e as duas Guerras Frias. **Outras Palavras**, 19/01/2021. Disponível em: https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-ultraimperialismo-dos-eua-e-as-duas-guerras-frias/

_____. Por que estudar o imperialismo hoje. **Outras Palavras**, 10/12/2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-brasileira/por-que-estudar-o-imperialismo-hoje/

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

VALENCIO, Norma Felicidade. A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia da governança. **Crono**s, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 57-76, jul./dez. 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 14, n. 18, p. 225-254, sep. 2004. ISSN 0104-6675. Disponível em: http://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/197. Acesso em: 24 jan. 2020.

ZHOURI, Andréa. A Ideologia da Mineração está em cheque. Entrevista concedida para Luciana Tonelli. **Outras Palavras**, 13/09/2019. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/a-ideologia-da-mineracao-esta-em-xeque/